

Titulo da Pesquisa

Bruno Francisco Schaden

Marianne Zwilling Stampe

2024

Abstract

Keywords: In-app purchases. Mobile applications. Price elasticity of demand. Difference-in-differences. Exogenous price changes.

JEL Classification: D12, L86, L13, L15, C23, L63

Resumo

Palavras-chave: Compras dentro do aplicativo. Aplicações Móveis. Elasticidade-preço da demanda. Diferença em diferenças. Mudanças exógenas de preços.

Classificação JEL: D12, L86, L13, L15, C23, L63

1 Contextualização do Problema e Justificativa

O presente estudo tem como objetivo analisar a existência de vieses de julgamento na população geral e como esses vieses influenciam as escolhas políticas e econômicas. A pesquisa parte da premissa de que as crenças econômicas dos eleitores são frequentemente enviesadas, resultando em decisões políticas potencialmente subótimas para o desenvolvimento econômico e social.

Além disso, é fundamental examinar a interação entre o Estado e a sociedade civil, considerando como essa dinâmica pode influenciar os vieses de julgamento. A relação entre a autoridade estatal e a capacidade de auto-organização da sociedade pode criar um ambiente que exacerba ou mitiga esses vieses. Nesse sentido, o equilíbrio entre a autoridade estatal e a liberdade individual é crucial para a formação das crenças e decisões políticas e econômicas dos cidadãos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019).

A formação desses vieses também pode ser influenciada pelo legado histórico de regimes políticos anteriores, moldando a memória coletiva e as atitudes contemporâneas em relação ao governo e às políticas públicas (CALCAGNO et al., 2024). A compreensão das estruturas sociais e dos valores herdados é essencial para desvendar como essas influências históricas impactam as percepções e julgamentos atuais.

Ademais, as teorias econômicas e a disseminação de conhecimento econômico desempenham um papel significativo na formação das crenças dos eleitores. A complexidade do pensamento econômico e as dificuldades na transmissão acessível dessas ideias ao público geral podem resultar em interpretações enviesadas que afetam diretamente as escolhas eleitorais e políticas. Neste contexto, as ideias de Bryan Caplan sobre o irracionalismo dos eleitores destacam como as preferências sistematicamente enviesadas podem distorcer o processo democrático e as políticas públicas (CAPLAN, 2007).

Assim, este estudo não apenas investiga a presença de vieses de julgamento, mas também explora a interseção entre fatores históricos, sociais e econômicos que contribuem para a formação dessas crenças. Ao compreender essas interações complexas, podemos obter insights valiosos sobre como melhorar a educação econômica e promover decisões políticas mais informadas e eficazes, visando o progresso econômico e social.

Além disso, este trabalho contribui para o enriquecimento de uma nova área de estudo denominada "economia política comportamental". Essa área de pesquisa emergente busca integrar princípios da economia, ciência política e psicologia comportamental para entender melhor como os indivíduos tomam decisões econômicas e políticas e como esses processos podem ser influenciados por diversos fatores contextuais e cognitivos.

2 Fundamentos Teóricos e Evidências Empíricas

A análise dos fundamentos teóricos e das evidências empíricas na economia política comportamental é crucial para entender como os indivíduos tomam decisões econômicas e políticas. A economia comportamental, ao integrar conceitos da psicologia, desafia a noção tradicional de que os agentes econômicos são perfeitamente racionais e maximizadores de utilidade. Este campo de estudo examina como fatores cognitivos, emocionais e sociais influenciam as escolhas individuais e coletivas, oferecendo uma visão mais realista do comportamento humano.

Pesquisas têm demonstrado que as decisões dos eleitores e formuladores de políticas são frequentemente influenciadas por vieses cognitivos e heurísticas, que podem levar a escolhas subótimas tanto no contexto econômico quanto no político. Esses vieses são moldados por diversos fatores, incluindo experiências passadas, influências culturais e a estrutura institucional na qual os indivíduos estão inseridos (CAPLAN, 2007; CAPLAN, 2002; [The Washington Post](#); [Kaiser Family Foundation](#); [Harvard University](#), 1996).

A economia política comportamental emergiu como uma área de estudo promissora que busca entender essas dinâmicas complexas. Ao combinar insights da economia comportamental e da ciência política, essa disciplina oferece ferramentas valiosas para analisar como as crenças e atitudes dos eleitores impactam o funcionamento das democracias e a implementação de políticas públicas.

2.1 O pensamento de economista

Os economistas no geral operam sob o pressuposto de que os agentes econômicos são racionais e buscam maximizar sua utilidade ou satisfação a partir das escolhas disponíveis, o famoso "Homo Economicus". Esta abordagem implica que os indivíduos tomam decisões de forma lógica e consistente, com base nas informações disponíveis e a partir de uma avaliação cuidadosa das alternativas. É crucial também destacar a importância do pensamento da racionalidade das decisões econômicas, onde se argumenta que o comportamento racional é essencial para a eficiência e a eficácia das políticas econômicas (HAUSMAN; MCPHERSON; SATZ, 2016).

A análise de custo-benefício é uma ferramenta central no pensamento dos economistas. Ela permite a avaliação das opções de decisão com base nos custos e benefícios associados, assegurando que as decisões sejam eficientes e justas (BINMORE, 2008). Os economistas utilizam essa abordagem para formular políticas que maximizem o bem-estar social, equilibrando os custos e benefícios de cada intervenção.

A informação desempenha um papel crucial nas decisões econômicas. Os economistas acreditam que decisões de alta qualidade dependem da disponibilidade e do uso eficaz da informação. Eles argumentam que a coleta, a análise e a disseminação de dados são fundamentais para o funcionamento eficiente dos mercados e das políticas públicas (FRIEDMAN, 1966). No

entanto, as limitações cognitivas dos indivíduos e a quantidade limitada de informação disponível podem levar a decisões subótimas, conforme destacado por Daniel Kahneman em sua obra sobre heurísticas e vieses (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974).

O pensamento econômico difere significativamente das percepções comuns da população. Enquanto os economistas enfatizam a racionalidade, a análise de custo-benefício e a importância da informação, a população frequentemente baseia suas decisões em heurísticas e vieses. Essas heurísticas são regras simples e intuitivas que as pessoas usam para tomar decisões rápidas e, embora úteis em muitos contextos, podem levar a erros sistemáticos (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974). A população também é influenciada por crenças infundadas e emoções, o que pode resultar em decisões que não são necessariamente racionais ou eficientes do ponto de vista econômico (THALER, 2016).

Em resumo, a abordagem de Gary Becker define o que hoje temos por regra atualmente:

Acho difícil acreditar que a maioria dos eleitores seja sistematicamente enganada quanto aos efeitos de políticas como a de quotas e tarifas de importações que persistem há tempos. Prefiro supor que o eleitor tem expectativas não enviesadas, ao menos, quanto a essas políticas persistentes. Eles talvez superestimem o peso-morto de algumas medidas e subestimem o de outras, mas, em média, eles tem uma ideia correta.

(BECKER, 1976)

2.2 Economistas e os Vieses de Julgamento nos Eleitores

A democracia se fundamenta na ideia de que eleitores informados e racionais são capazes de tomar decisões que promovem o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável. Em "The Myth of the Rational Voter", Caplan argumenta que a eficácia da democracia depende criticamente da capacidade dos eleitores de avaliar políticas e candidatos de maneira objetiva e informada. Contudo, na prática, muitos eleitores sofrem de vieses de julgamento que distorcem suas percepções e decisões, resultando em escolhas que podem ser prejudiciais para a sociedade como um todo (CAPLAN, 2007).

Acemoglu e Robinson, em "The Narrow Corridor", enfatizam que o engajamento político ativo e informado da população é crucial para manter o equilíbrio entre a autoridade estatal e a liberdade individual. Eles argumentam que a capacidade da sociedade de se organizar e participar ativamente nos processos políticos é fundamental para evitar a tirania e promover políticas que refletem verdadeiramente as necessidades e interesses da população (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019).

No entanto, os vieses de julgamento nos eleitores podem comprometer esse ideal democrático. Esses vieses são frequentemente resultado de heurísticas cognitivas, que são atalhos mentais usados para simplificar a tomada de decisão, mas que podem levar a erros sistemáticos. Entre os principais vieses que afetam os eleitores estão:

1. Viés antimercado
2. Viés antiestrangeiro
3. Viés antitrabalho
4. Viés pessimista

Atualmente, o estudo da "Economia Política Comportamental" e seus vieses está sendo revitalizado. No entanto, é crucial lembrar que a história do pensamento econômico sempre foi marcada por discussões sobre esses temas e seus correlatos.

Muitos dos famosos economistas do passado, como Adam Smith e Frédéric Bastiat, eram obcecados pela moralidade e pelas crenças teimosas do povo quanto a economia, a sua insistente resistência aos princípios básicos do custo de oportunidade e a vantagem comparativa (HART, 2019; WELLS, 2013; CAPLAN, 2007).

Parece que os economistas tem se esquecido de que a economia é uma ciência social e que as pessoas são seres humanos, com crenças e valores que muitas vezes não se alinham com a lógica econômica. Questões que hoje são levantadas como novas, já foram a tempos levantadas por economistas como Bastiat, que em sua obra "O que se vê e o que não se vê" já discutia sobre a dificuldade de se perceber os custos ocultos das políticas públicas e como elas se comportam na subjetividade (HART, 2019).

Estudar mais a fundo esses vieses presentes nos eleitores, tendo como um grande aliado a história do pensamento econômico se faz mais necessário que nunca. Lembrando que o problema do tema não é que os economistas não tem nada a dizer sobre o assunto, mas sim que eles tem muito a dizer porém relutam a ir em público e arriscar a sua credibilidade científica. Se fosse possível superar essa relutância teríamos muito a dizer (CAPLAN, 2007). Gustavo Franco pode elucidar essa parte como ninguém:

[...] Tenha claro, por favor, que não há problema nenhum em atacar a sabedoria estabelecida [...]. Mas não perca de vista que ir contra o senso comum é um esporte radical: há muito risco e, se você errar, vai acabar no hospital. Sempre é preciso provar o que você diz, e costuma ser difícil. [...] Muito cuidado ao atacar a sabedoria estabelecida, pois na maioria das vezes você estará errado. Lembre-se de que o conhecimento que você herda se estabeleceu do trabalho diligente de muitos como você e eu, depois de anos e anos de tentativa, erro e decantação.
(FRANCO, 2022)

Então temos em nossas mãos um cenário muito otimista apenas de revelar o que os economistas já sabem. Poucos economistas contemporâneos se preocupam com a história do pensamento econômico, e isso é um erro, deixando muitas discussões importantes ignoradas ou esquecidas (BLAUG, 2001). A história do pensamento econômico é uma disciplina que nos ajuda a entender como as ideias econômicas evoluíram ao longo do tempo e como elas

moldaram a sociedade em que vivemos. Ela nos permite ver como as ideias econômicas foram influenciadas por eventos históricos, mudanças políticas e avanços tecnológicos, e como essas ideias continuam a influenciar o pensamento econômico contemporâneo.

Porém o foco aqui são os vieses que não podem ser ignorados, explicando eles com base em no que os economistas acreditam ser o certo ao longo da história documentada e em contraste o que a população no geral acredita. Provas formais dos vieses estarão mais a frente.

2.2.1 Viés antimercado

O viés antimercado pode ser resumido na tendência de subestimar os benefícios do mercado, de seus mecanismos de mercado e superestimar os custos associados a ele (SOWELL, 2000; SOWELL, 2004; CAPLAN, 2007).

O cidadão comum tende a acreditar que o mercado é ineficiente e injusto, tende a ter séria dúvidas de até onde pode confiar e contar com empresas lucrativas para gerar produtos socialmente benéficos. Se foca somente na motivação do lucro da empresa e é deixado de lado a parte da disciplina imposta pelo mercado, que faz com que empresas que não atendem as necessidades do consumidor sejam eliminadas do mercado. Os economistas no geral admitem que, a busca incessante pelo lucro aliada as falhas e imperfeições de mercado podem gerar resultados ruins, não-economistas veem a ganância bem sucedida como algo socialmente prejudicial por si só (CAPLAN, 2007).

Shumpeter, em sua obra "Capitalismo, Socialismo e Democracia", define com perfeição esse viés:

O capitalismo é julgado por juízes que têm a sentença de morte preparada. Eles darão este veredito, não importa o que a defesa diga; a única coisa que a defesa pode fazer é provocar uma mudança na acusação.
(SCHUMPETER, 1976)

Essa visão de que o lucro é simplesmente uma forma de transferência, uma exploração e que o mercado é um jogo de soma zero, onde o ganho de um é a perda de outro, é um dos principais fatores que levam os eleitores a desconfiarem das soluções de mercado e a favorecerem intervenções estatais. Vale ressaltar que "transferência" no dialéto econômico é um termo que se refere a um movimento descompromissado de riqueza de um agente para outro, sem que haja um aumento na riqueza total da sociedade. Levando isso como base, podemos concluir que as pessoas tendem a ver os lucros como um presente para os mais ricos. Portanto, a não ser que o governo intervenha limitando os lucros como questão de bom senso, a riqueza não será redistribuída de forma justa e eficiente (CAPLAN, 2007). Essa forma de pensar é exatamente o que Thomas Sowell chama de "raciocínio de estágio único", ou seja, considerar apenas as consequências imediatas e óbvias de uma medida, ignorando as consequências indiretas e menos óbvias (SOWELL, 2004).

É importante lembrar que o lucro não é uma esmola, mas sim um *quid pro quo*: o lucro é a recompensa por atender as necessidades e desejos dos consumidores de forma eficiente e inovadora. O lucro é o sinal de que uma empresa está gerando valor para a sociedade, alocando os recursos de forma eficiente, e não um mecanismo de exploração. Essa é a lição básica que Adam Smith nos ensinou em "A Riqueza das Nações": a "mão invisível" do mercado, guiada pela busca do lucro, silenciosamente convence os empresários egoístas a servir o bem comum (SMITH, 1776).

Desde o início da história registrada também temos o lucro aparecendo de forma prejudicial, como o exemplo do lucro sobre o empréstimo de dinheiro, o juros, que era considerado pecaminoso e injusto. Desde a mesopotâmia até a igreja católica medieval, por exemplo, proibindo a cobrança de juros, considerando-a uma forma de exploração e usura (AQUINO, 1274). Eugen von Böhm-Bawerk consegue elucidar essa questão de forma clara em seu clássico "Capital e Juro":

O credor geralmente é rico e o devedor, pobre, e o primeiro parece um homem odioso que suga o pouco que o pobre tem na forma de juros e que pode aumentar ainda mais sua riqueza supérflua. Não é de se surpreender, contudo, que tanto a Antiguidade quanto a Idade Média Cristã viam com maus olhos os juros.
(BÖHM-BAWERK, 1890)

Para encerrar esta parte mostrando a visão dos economistas, uma pessoa que ouça ou veja economistas discutindo questões como essa, como Krugman ou Stiglitz, pode ter a impressão de que a parte benéfica do mercado ainda é controversa ou não está acertada (KRUGMAN, 2003; STIGLITZ, 2003; CAPLAN, 2007). Nesse ponto, é importante entender que os economistas não estão debatendo se os preços dão incentivos ou se há uma enorme conspiração para manter os preços altos. Eles estão simplesmente explicando como o mercado funciona. Quase todos os economistas reconhecem que o mercado é a melhor maneira de alocar recursos escassos e que a concorrência é a melhor maneira de garantir que os preços sejam justos e que os consumidores sejam protegidos; eles discordam apenas sobre o grau disso.

2.2.2 Viés antiestrangeiro

É sempre interessante começar a explicação de um tema começando com uma pergunta fundamental a ser respondida: Estrangeiros? Será que pe mesmo mutuamente benéfico comercializar com eles?

Uma frase de Alan Blinder pode começar a explicar o motivo dessa desconfiança:

Quando os empregos são escassos, o instinto de autopreservação ganha força e a tentação de culpar a concorrência estrangeira é irresistível. Não só nos Estados Unidos que a mentalidade protecionista ganhou peso. O fato de muitos economistas considerarem míope e um autoboicote o esforço de, por meio do protecionismo, salvar empregos não cabe aqui. Os legisladores estão aí para ganhar votos, não elogios de intelectuais.
(BLINDER, 1987)

Para reforçar o discurso, nada melhor que o pai da economia moderna para também citar o que naquela época já era considerado reprovável:

De que vale a prudência na conduta de todas as famílias se a escassez pode ser enganada num grande reino? Se um país estrangeiro puder nos fornecer uma mercadoria por um preço mais baixo do que o nosso, melhor comprá-la com uma parte do produto da nossa indústria, empregando de forma a termos alguma vantagem.
(SMITH, 1776)

Os economistas criticam o viés antiestrangeiro porque ela não só está errada como também essa visão entra de conflito com a economia mais elementar ensinada nos primeiros meses de graduação. Os livros mais usados, como o de Mankiw, ensinam que o comércio é mutuamente benéfico, que a especialização e a troca aumentam a produtividade e o bem-estar de todos os envolvidos. Nas palavras dele, de seus dez princípios de economia, o número cinco é:

[...] É fácil se enganar, porém, ao pensar na competição entre países. O comércio entre os Estados Unidos e a China não é como uma competição esportiva, em que um lado ganha e o outro perde. De fato, o oposto é verdadeiro: o comércio entre dois países pode ser bom para ambas as partes.
(MANKIW, 2020)

A Lei das Vantagens Comparativas é o fenômeno que é descrito acima. Essa teoria, desenvolvida por David Ricardo, reforça ainda mais a importância do comércio internacional. Segundo Ricardo, mesmo que um país seja menos eficiente na produção de todos os bens em comparação a outro, ainda é vantajoso para ambos os países se especializarem na produção dos bens nos quais têm uma vantagem comparativa (ou seja, onde têm uma menor desvantagem relativa) e comercializarem entre si. Isso ocorre porque a especialização baseada nas vantagens comparativas maximiza a produção global e o bem-estar econômico (RICARDO, 1817).

Além disso, políticas protecionistas frequentemente resultam em ineficiências econômicas e redução do bem-estar. O livre comércio permite que os países aproveitem suas vantagens comparativas, promovendo a eficiência e o crescimento econômico global (BHAGWATI, 2003).

Outro exemplo de viés antiestrangeiro é a desconfiança em relação à imigração. Muitos eleitores acreditam que a imigração prejudica a economia local, aumenta a concorrência por empregos e recursos escassos e ameaça a identidade cultural. Os economistas de hoje reconhecem facilmente os benefícios da imigração. A troca de trabalho é praticamente a mesma que a troca de mercadorias. Especialização e a troca aumentam a produção e o bem-estar de todos os envolvidos. A imigração aumenta a força de trabalho, a produtividade e a inovação, impulsionando o crescimento econômico e a prosperidade.

Em resumo, o viés antiestrangeiro leva os eleitores a desconfiarem de acordos comerciais e imigração, favorecendo políticas protecionistas e anti-imigração. No entanto, os economistas argumentam que o comércio internacional e a imigração são benéficos para a economia, promovendo a eficiência, o crescimento econômico e o bem-estar global.

Para finalizar com uma citação bem humorada, nada melhor que a de Steven Landsburg explicando que o comércio internacional é como uma tecnologia:

Há duas tecnologias para a produção de carros nos Estados Unidos. Uma delas é a manufatura em Detroit e a outra é a agricultura em Iowa. Todos conhecem a primeira; deixe-me falar da segunda. Primeira você planta as sementes, que são a matéria-prima dos carros. Você espera alguns meses até o trigo crescer. Daí você colhe o trigo, põe em navios e coloca os navios para cruzarem o Oceano Pacífico. Depois de alguns meses, os navios aparecem com Toyotas dentro deles.

(LANDSBURG, 2012)

2.2.3 Viés antitrabalho

2.2.4 Viés pessimista

2.2.5 A influência dos vieses e a armadilha das ideias

2.3 Influência da Memória de Regime

3 Abordagens Metodológicas

A metodologia da pesquisa será dividida em duas partes principais: a análise dos trabalhos que abordam os vieses de julgamento dos eleitores e a investigação sobre a influência da memória de regime.

3.1 Análise dos Trabalhos sobre Vieses de Julgamento

3.1.1 Estados Unidos da América

3.1.2 Portugal

3.1.3 Brasil

3.2 Investigação sobre a Influência da Memória de Regime

4 Interpretação dos Resultados e Implicações

5 Conclusão

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *The Narrow Corridor: States, Societies, and the Fate of Liberty*. Penguin Publishing Group, 2019. ISBN 9780735224391. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=IHuDDwAAQBAJ>>.
- AQUINO, S. Tomás de. *Summa Theologica, Segunda Secundae Partis, Questão 78*. [S.l.: s.n.], 1274. Trata diretamente da usura e da moralidade dos empréstimos com juros.
- BECKER, G. Toward a more general theory of regulation. *The Journal of Law and Economics*, University of Chicago Press, Booth School of Business, University of Chicago, University of Chicago Law School, v. 19, n. 2, p. 245–248, 1976. ISSN 00222186, 15375285. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/725165>>.
- BHAGWATI, J. *Free Trade Today*. Princeton University Press, 2003. (Princeton paperbacks : Economics). ISBN 9780691117300. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=UKVs28041lsC>>.
- BINMORE, K. *Rational Decisions*. Princeton University Press, 2008. (The Gorman Lectures in Economics). ISBN 9781400833092. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=q6JYiaKTtu4C>>.
- BLAUG, M. No history of ideas, please, we're economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 15, n. 1, p. 145–164, March 2001. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.15.1.145>>.
- BLINDER, A. *Hard Heads, Soft Hearts: Tough-minded Economics For A Just Society*. Basic Books, 1987. ISBN 9780201145199. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=jCIHAAAAMAAJ>>.
- BÖHM-BAWERK, E. von. *Capital and Interest: A Critical History of Economic Theory*. London: Macmillan and Co., 1890. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/smart-capital-and-interest-a-critical-history-of-economic-theory>>.
- CALCAGNO, P.; MALDONADO, B.; NESBIT, T.; ZEAGER, M. F. Political systems, regime memory, and economic freedom. *Contemporary Economic Policy*, v. 42, n. 2, p. 336–354, 2024. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/coep.12635>>.
- CAPLAN, B. Systematically Biased Beliefs about Economics: Robust Evidence of Judgemental Anomalies from the Survey of Americans and Economists on the Economy. *The Economic Journal*, v. 112, n. 479, p. 433–458, 04 2002. ISSN 0013-0133. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1468-0297.00041>>.
- CAPLAN, B. *The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies - New Edition*. Rev - revised. Princeton University Press, 2007. ISBN 9780691138732. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctvc4m4gf2>>.
- FRANCO, G. *Cartas a um jovem economista*. GMT, 2022. ISBN 9786555644692. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=k1-CEAAAQBAJ>>.

FRIEDMAN, M. *Essays in Positive Economics*. University of Chicago Press, 1966. (University of Chicago Press Economics Books, 9780226264035). ISBN ARRAY(0x4be4f6a8). Disponível em: <<https://ideas.repec.org/b/ucp/bkecon/9780226264035.html>>.

HART, D. M. Reassessing bastiat's economic harmonies after 160 years. *Online Library of Liberty*, 2019. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/pages/lm-bastiat-essays>>.

HAUSMAN, D.; MCPHERSON, M.; SATZ, D. *Economic Analysis, Moral Philosophy, and Public Policy*. 3. ed. [S.l.]: Cambridge University Press, 2016.

KRUGMAN, P. *The Great Unraveling: Losing Our Way in the New Century*. W.W. Norton, 2003. (Business book summary). ISBN 9780393058505. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=2qyJpnOrveIC>>.

LANDSBURG, S. *The Armchair Economist: Economics and Everyday Life*. Free Press, 2012. ISBN 9781451651737. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=qTBgMMxeJ5IC>>.

MANKIW, N. G. *Introdução à economia*. 8. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2020. ISBN 9788522127924.

RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. John Murray, 1817. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=cUBKAAAYAAJ>>.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Routledge, 1976. ISBN 9780415107624. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=6eM6YrMj46sC>>.

SMITH, A. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Strahan, 1776. (An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations, v. 1). ISBN 9781537480787. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=C5dNAAAACAAJ>>.

SOWELL, T. *Basic Economics: A Citizen's Guide to the Economy*. Basic Books, 2000. ISBN 9780465081387. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=L9g-3num2KIC>>.

SOWELL, T. *Applied Economics: Thinking Beyond Stage One*. Basic Books, 2004. ISBN 9780465081431. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=2JqpPY5zXtMC>>.

STIGLITZ, J. *The Roaring Nineties: A New History of the World's Most Prosperous Decade*. W. W. Norton & Company, 2003. (Business book summary). ISBN 9780393058529. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=mm6A32m53PsC>>.

THALER, R. *Misbehaving: The Making of Behavioural Economics*. Penguin Books, 2016. (An Allan Lane book). ISBN 9780241951224. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=9itrjgEACAAJ>>.

The Washington Post; Kaiser Family Foundation; Harvard University. *Survey of Americans and Economists on the Economy*. 1996. <<https://www.kff.org/other/poll-finding/survey-of-americans-and-economists-on-the/>>. Accessed: 2024-07-06.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.185.4157.1124>>.

WELLS, T. Adam smith on morality and self-interest. In: _____. *Handbook of the Philosophical Foundations of Business Ethics*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2013. p. 281–296. ISBN 978-94-007-1494-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-94-007-1494-6_26>.